

# Empresários com caixinha para eleição

“A campanha política do Distrito Federal será a mais cara do País” advertiu desconsolado no final do ano passado, o presidente licenciado da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, a um grupo de jornalistas durante conversa informal. Ele, com experiência acumulada durante trinta anos de exercício político, já antevia o desenrolar do processo numa cidade que jamais fez eleições e onde os interesses dos grupos econômicos sempre se concentraram sobre os governantes.

A cidade tem hoje mais de 600 mil eleitores cadastrados e cerca de uma dezena de partidos com candidaturas próprias às três vagas no Senado e oito na Câmara Federal. Esses candidatos já estão se preparando para a campanha há mais de dez meses, promovendo entendimentos com o empresariado da capital e de outras regiões do País para representar interesses na próxima Constituinte.

O empresariado do Distrito Federal já se armou e constituiu uma caixinha para apoiar, independentemente de legenda, aqueles candidatos que prometeram representar seus interesses na Constituinte, e no futuro Congresso Nacional através da “União das Forças Políticas”. Essa caixinha conta com recursos de mais de 200 milhões de cruzados, que começaram a ser distribuídos.

Um candidato que despontava nas pesquisas nas primeiras posições, quando não era o primeiro, foi levado para uma legenda de projeção que apoia o governo, pela quantia insignificante de 13 milhões de cruzados, depositada em sua conta bancária. O dinheiro foi pago pela tesouraria da União das Forças Políticas, com a promessa do candidato de apoiar os interesses das empresas particulares de ônibus do DF. Foi alertado que de onde saiu o subsídio havia muito mais para elegê-lo.

Ao contrário de países como a Alemanha, onde o candidato é impedido de gastar um tostão sequer de seu bolso na campanha, sob pena real de ir para a cadeia — quem paga são os partidos políticos, no Brasil, os candidatos ao receberem o direito a legenda depois da convenção são obrigados a doarem uma determinada quantia aos cofres partidários. O fato obriga a todos, ou pelo menos aos que não têm dinheiro para jogar fora, a celebrarem acordos com grupos ou instituições econômicas.

O PDT do Distrito Federal já recebeu a confirmação do governador fluminense Leonel Brizola de que o Banerj financiaria as campanhas partidárias aqui em Brasília. Mas os pedetistas também irão receber dinheiro de alguns grupos.

Por sua vez, o PMDB, que procura se desvincilar da imagem de partido do governador José Aparecido, contará com o auxílio de parte da máquina administrativa em sua campanha. Apesar das declarações do governador de que não irá permitir o uso de sua administração para o apoio a candidatos, os peemedebistas que nomearam diversos diretores e secretários governamentais já receberão promessas de apoio e também listas com os nomes de contribuintes. Com essas listas ficará mais fácil ao PMDB enviar correspondências às residências dos eleitores. Isso, fora o auxílio dos computadores da Codeplan.

Somente com a LPM, firma de propaganda, contratada para fazer as campanhas dos candidatos do partido, o PMDB dispenderá 63 milhões de cruzados, em anúncios, out-doors e filmes publicitários.

A Frente Liberal, que também tem o apoio de parcela significativa da máquina administrativa do GDF, contratou outra empresa de propaganda para a campanha, por um pouco menos: 45 milhões.

Partidos menores como o PSC já contam em caixa com recursos. Mas são de menor monta. Nísio Tostes, do PSC, declarou que sua sigla tem 10 milhões, “até agora” para fazer a campanha de seus candidatos. E retrucou: “Tenho dois milhões para a minha, mas é dinheiro meu. Não tenho rabo”.

